

O ESPECTRO

Admonet in somnis et turbida terret imago.
Hórrido Espectro me atormenta em sonhos.

Lisboa, 7 de Junho

Sucedem-se com tanta rapidez os factos que apenas nos resta espaço para os commemorar.

Em poucos dias temos presenciado uma grande epopea. Não desdizemos dos nosos maiores, e se uma côrte corrompida nos vende ao estrangeiro, a nação toda protesta contra esse acto de traição e infamia, e sella o seu protesto com o sangue mais puro dos seus filhos.

Em 29 de maio assignou-se um decreto mandando receber com toda a benevolencia e bom acolhimento os invasores. A carta diz que ás côrtes é a quem compete *conceder ou negar a entrada de forças estrangeiras de terra ou mar dentro do reino ou dos portos d'elle*. O governo por conseguinte violou o carta, e quando Deos o permittir, quando houver justiça n'esta terra, hade responder perante a nação por esse crime.

Quando em 1807 estavam para entrar os francezes em Portugal, D. João VI proclamava tambem aos povos, dizendo-lhes que recebessem com toda a benevolencia e bom acolhimento os nossos hospedes. As suas instrucções no decreto de 26 de novembro d'aquelle anno diziam aos governadores do reino: — Procurarão quanto possivel sôr conservar em paz este reino, e que as tropas do imperador dos francezes e rei de Italia sejam bem aquarteladas e assistidas de tudo que lhes fôr preciso em *quanto se deliverem n'este reino*, evitando todo e qualquer insulto que se possa perpetrar e castigando-o rigorosamente quando aconteça; conservando sempre a boa harmonia que se deve praticar com os exercitos das nações com as quaes nos achamos unidos no continente. Ao mesmo tempo lia-se no *Moniteur* esta terrivel sentença: *La maison de Bragance a cessé de regner dans Portugal*.

Se nos documentos officiaes dos alliados não está escripta agora aquella frase, certo que está subentendida; e nos corações de todos os portuguezes acha-se ella gravada em caracteres indeleveis.

Se D. Maria chamou os estrangeiros para esmagar o seu povo *cessou de reinar*; não é nosa rainha, não o pode ser. O rei não é um tyranno; segundo a carta, é representante; e o representante é inferior ao representado.

Se os alliados interveem contra a vontade de

D. Maria, e triunfam, tambem ella não é rainha. O supremo poder está n'elles. A casa de Bragança póde ser *suzerana* e nada mais—suzerana que depende directa e indirectamente dos estrangeiros, e que lhes presta a elles o preito e homenagem que exige dos seus vassallos.

Em 1826 entraram aqui os inglezes. O seu fim era manter a integridade do territorio porque os hespanhoes n'essa época o violavam deixando entrar as facções n'aquelle paiz donde sahiam armas contra nós. Assim mesmo pediu-se licença ás côrtes; e para se entregar á força britannica uma fortaleza, houve uma estipulação aonde se assentou o modo de restituir essa fortaleza aos portuguezes verificadas taes e taes circumstancias. Agora preteriu-se tudo isso, e sir W. Parker e Seymour mandaram como se estivessem em suas casas.

Temos pois uma invasão perfeita verificada pelo consentimento expresso da rainha. Até que ponto os reis absolutos são responsaveis, dil-o a historia de todos os tempos. Até onde chega a inviolabilidade dos reis constitucionaes bem o attesta a historia dos mesmos alliados.

Seria uma loucura argumentar com o direito escripto n'uma época em que se despreza esse direito, e se recorre ao da força. As taboas da lei foram quebradas. Invocar as suas disposições seria um contra-senso ridiculo.

A junta do Porto proclamou sempre a rainha; e a rainha para não se desprender da facção que traz presa á trincha da sua saia, chamou os estrangeiros para esmagarem os populares. Este é o facto inconcusso. Isto prova evidentemente uma cousa, e é — que a rainha se divorciou da maioria da nação; que não tem em Portugal braços que a sustentem; e que em logar de querer reinar pelo amor dos seus subditos quer opprimir o povo com as bayonetas estrangeiras.

A verdade é esta, que nenhuma carta, que nenhuma lei escripta póde contrariar. Agora preguntamos ao monarchista mais puro, ao doutrinario mais ardente, ao realista mais decidido — é possivel que um povo que morria pelo seu rei, que o amava, que o reputava innocente nos males publicos vendo-se atrozmente ludibriado não conheça que vivia n'uma triste illusão, e não passe do amor ao odio, do res-

peito ao desprezo? Póde humanamente esperar-se que haja uma nação tão pouco pundonorosa que se deixe preocupar por uma ficção desde que essa ficção se converte em cruel flagello? A rainha de hoje em diante póde exigir a nossa submissão, o nosso respeito, mas a nossa veneração, o nosso amor, a nossa dedicação — nunca.

A rainha chamando os estrangeiros declarou-se em minoria, confessou á face da Europa e do mundo que a nação não está do lado d'ella, e d'esta confissão devemos nós deduzir as consequências que deixamos consignadas.

Essa intervenção que ella promoveu, que invocou, será um germe de immensos males. Sofreremos muito, nós os populares, mas o rei mais cedo ou mais tarde colherá os fructos da sua obra.

Os nossos campos serão talados, nossos pais, nossos filhos e irmãos serão mortos; nossas esposas, filhas e irmãs serão deshonradas. Póis bem — todos esses males se devem á rainha. A ella só. Escusado é andar a buscar cúmplices. Essas fezes da sociedade que por ahi se revolvem recebem do paço o seu impulso. É um crime contra a justiça querer castigar os instrumentos, e deixar impune quem os maneja, é uma immoralidade accusar o punhal ensanguentado, e beijar a mão que o descarrega.

A rainha perdeu toda a consideração. Quando ella sahe a passeio não encontra quem sequer se descubra á sua vista: todos lhe viram as costas; e nos grandes grupos esse movimento é repentino e espontaneo. As suas guardas pretorianas não manobram com mais regularidade á voz dos seus commandantes do que todo esse povo pelo simples impulso do seu coração se agita n'um movimento uniforme e involuntario. O despeito é geral; e já os caceteiros realistas se apresentam nos logares publicos para espancarem os cidadãos. Do rei já ninguem faz caso ha muito.

E este desprezo é merecido. A nação podia ser venturosa se a côrte não fosse conspiradora. Nós estavamos em paz: a rainha é que nos trouxe a guerra. N'uma noite aziaga começou ella a prender-nos no seu proprio palacio: albergou alli os seus cúmplices. Bebeu o nosso sangue, e quando lhe pagavamos a sua divida, chamou contra nós os alliados! Tal crime ainda não ficou no mundo sem castigo.

Os alliados vinham para terminar a guerra, e prolongam-na; vinham para poupar o sangue, e derramam-no! Se a rainha não chamasse os estrangeiros a estas horas o partido popular estaria triunfante, o reino livre, e a rainha seria victoriada por toda a parte. Os hespanhoes não violariam o nosso solo, os inglezes não tomariam posse das nossas fortalezas, e não iriam correr ás mãos de estranhos rios de sangue. As maldições que hoje se ouvem em todas as boccas seriam bençãos e hymnos jubilosos.

A nação poderá morrer mas o que ella não póde é deshonrar-se. As potencias alliadas fizeram-nos uma grande affronta; a nossa correspondencia do Porto, que hoje publicamos, mostra até que ponto essa affronta foi injusta. Apriacionaram-nos sem nos haverem declarado guerra. Pediamos por escripto qualquer ordem, e negaram-no-la! Este laço é tanto mais vergonhoso quanto mais poderosas são as nações que no-lo estenderam. Ainda a 22 de maio as folhas inglezas publicavam a seguinte parte official:

«Almirante 23 de abril de 1847.»

«Sir—Com referencia ás duas cartas do capitão Robb, commandante do *Gladiator*, datadas de 29 e 31 de março ultimo; n.º 50 e 52, relativas ao modo porque o bloqueio da barra do Porto é feito, ordenam os lords commissarios do almirantado que vos envie para vosso conhecimento a inclusa cópia datada de 21 do corrente, do sub secretario d'estado dos negocios estrangeiros, dizendo que o procurador geral de S. M., a quem o visconde Palmerston devolveu o negocio, foi de parecer que o bloqueio como se descreve na carta do capitão Robb não justifica a detenção ou condemnação de quasquer navios britannicos ou das outras nações —(assignado) *H. G. Ward.*»

«Para sir W. Parker, vice-almirante.»

O officio da secretaria d'estado dos negocios estrangeiros a que este se refere conclue do seguinte modo:

«Ordena-me lord Palmerston que vos requeira informeis os lords commissarios do almirantado participando-lhes que s. s.^a devolvêra a questão ao procurador geral de S. M., o qual fôra de parecer que tal bloqueio, da fórma porque se descreve, não póde justificar a detenção dos navios britannicos ou de outros quasquer.»

E quando o governo inglez declára que não póde continuar a reconhecer um bloqueio que havia ao principio reconhecido, é que a sua esquadra apresiona os nossos vasos? Se tal bloqueio não justifica a detenção dos navios britannicos nem mesmo das outras nações como é que póde justificar-se o aprisionamento dos nossos?

Depois d'esta decisão do almirantado ainda vemos como por escarneo os nossos deploraveis ministros a decretar bloqueios para Vianna, Caminha e Setubal, entrando ao mesmo tempo na barra de Lisboa a fragata D. Maria arruinada pelos tiros que levou da esquadra da junta.

Mas as pretensões dos alliados não pararam alli. Vemos ainda com espanto as prepostas de sir W. Parker que sem sair do Têjo e queria asenhorear de todo o paiz.

No dia 4 do corrente chegou a Setubal o capitão Robb, e communicou verbalmente umas prepostas do almirante inglez. Essas propostas foram reduzidas a escripto *ad perpetuam rei memoriam*. Ei-las ahi:

1.^a «Que elle (Sá da Bandeira) deporá as armas debaixo das mesmas condições que foram

concedidas a s. ex.^a o conde das Antas, como prisioneiro de guerra dos inglezes.

2.^a «Que o sr. visconde e suas tropas serão retidas n'uma fortaleza que tenha guarnição ingleza, ou a bordo dos navios de S. M. B. não sendo guardados n'um e n'outro caso senão por forças inglezas.

3.^a «Que a propriedade dos objectos particulares, ainda armas e cavallos, seja respeitada

4.^a «Que as forças de s. ex.^a serão conduzidas até á fortaleza ou navios destinados para recebe-los em vasos de guerra britannicos.—Setubal 4 de junho pe 1847.—(Assignados)—*J. Robb—Marquez de Mello*, chefe d'estado maior.—*Anselmo Braamcamp*, secretario civil.»

Estas estranhas proposições tiveram a seguinte resposta:

«Setubal 4 de janeiro de 1847.—Exm.^o sr. Almirante.—Quando li na carta de v. ex.^a datada do 1.^o do corrente o convite que me dirigia para que largasse as armas e me entregasse ao poder do governo britannico, não pude deixar de considerar essa proposta como feita debaixo da impressão que lhe haveria causado a noticia do aprisionamento da expedição que saiu do Porto, sob o commando do marechal do exercito conde das Antas; e julguei de meu dever não lhe responder.

«Mas hoje que, v. ex.^a com espirito mais socegado; envia o capitão sir J. Robb, expressamente para de novo me apresentar propostas taes, que eu nunca esperára que um almirante, cujo nome é tão distincto, apresentasse a um commandante em chefe d'um exercito que não tem diante de si nenhuma força superior que o possa obrigar a praticar esse acto, não hesito nem um momento em responder a v. ex.^a que rejeito tal proposta.

«Por esta occasião, não posso deixar d'associar-me, como logar-tenente da junta do governo supremo do reino ao protesto lavrado pelo exm.^o conde das Antas, contra o acto d'aprisionamento praticado pela esquadra ingleza.—Tenho a honra de ser, etc.—(Assignado)—*Sá da Bandeira*.—A s. ex.^a sir W. Parker.»

Ainda nos faltava ver mais esta! Renda-se o visconde de Sá que assim o ordena sir W. Parker!

Estas propostas serão lidas com estranheza pelas gerações futuras!

Mas os populares não trepidam. Morrerão mas com honra; render-se-hão mas não ha de ser deante d'uma ameaça. A vida para os liberaes portuguezes não val nada sem a honra.

A's ameaças inglezas, hespanholas e francezas o paiz responde com um grito d'indignação. Não sabemos se venceremos. A nossa honra não nos impõe o triumpho, mas Deus é que nos ordena a peleja. Quanto maiores forem as forças estrangeiras maior será o nosso esforço. Morreremos todos, mas havemos de salvar o decóro nacional.

Agora começa já a divisão da presa. Até aqui fallava-se na venda de Gôa aos inglezes; agora dá-se já como verificada a occupação de Damão, e proxima a de Gôa! O ministerio vae assistindo á destruição d'esta monarchia que já espantou o mundo com o seu nome.

A Inglaterra ainda não está satisfeita, e diz que entra nos seus calculos ambiciosos occupar Lisboa e Porto. Teremos pois guarnição ingleza no Castello. Não se sabe o que tocará aos hespanhoes; porque começam as desconfianças entre os alliados. Do que não se trata é do que caberá á rainha; mas parece que não lhe disputarão a torre do Bogio nem a posse das Berlengas.

Portugal deve vestir-se de luto. A sua liberdade, a sua independencia acabou. Não póde por si regular os seus negocios em quanto essa força maior nos assoberbar. Essa força entende que a rainha não sabe usar do poder, e vem firmar o seu despotismo—entende que nós pugnamos pelos bons principios, e vem supplantar-nos.

A facção, essa vencemol-a nós. Humilhámos essa côrte corrupta, fizemos embainhar a espada ao commandante em chefe, escarnecemos do presumpçoso Saldanha, e a nossa bandeira tremulava por todo o paiz. Para succumbirmos vieram tres nações!

Agora já os fanfarrões apparecem. Os que sempre fugiram já querem fazer de valentes, já os que supplicavam ameaçam!

Para que serve tudo isso? Quem vos implora perdão? Despresamos as mercês assim como despresamos as ameaças. Se quereis fazer de carcos depois que os hespanhoes, francezes e inglezes nos desarmam, fazei-o embora. Quereis o fato do sentenciado que vos pertence. Não fostes combater, mas apromptais-vos para ir apanhar o espolio! Ide cobardes, vendidos ao estrangeiro—Ide, mas não vos chameis portuguezes.

Sir W. Parker entrega-vos os cavallos da expedição para vós limpardes, tambem vos entregará os vasos de guerra, mas haveis de lhe pagar real a real todo o seu valor. Aquelle zelo não é amor pela causa da rainha, que não o tem por ninguem, é amor da parte da apprehensão que lhe pertence. E' o mercantilismo no seu auge, é o amor da liberdade de um governo que prohibe a escravatura dos negros para promover a dos brancos, que faz uma guerra á China para envenenar os seus habitantes que ainda são obrigados a pagar o veneno, que proclama os direitos do homem indo vender á praça as mulheres com a corda ao pescoço!

Pois bem! E' preciso ou que em Portugal morra tudo ou esperar por um dia tremendo. No dia em que os alliados sahirem, esse dia será o da nossa resurreição politica. Até então será um reinado de horror, será uma lucta continua da lealdade com a oppressão, será um

bello espectáculo para a suzerana sem duvida o presenciar todos os dias scenas de sangue cujo fumo a ha de vir a soffocar.

Deixemo-nos de ficções. Assim como a côrte se proclama absoluta tambem o paiz proclamará que os absolutos não são inviolaveis. Não é o povo que estabelece esta doutrina, acceita-a da côrte que é quem lh'a ensina.

Do Porto em 30 de maio nos escrevem o seguinte:

«A nossa situação militar é a seguinte—José Victorino Damasio continua cercando Valença. O conde das Antas está para embarcar, estando já fóra da barra o *Mindello*, *Salter*, corveta *Oito de Julho*, e o vapor *Porto*, empregando-se em rebocar os transportes, e forças da divisão espedicionaria que é composta dos melhores corpos que temos, a saber 7 de infantaria, municipal, caçadores 2 e 7, lanceiros e artilheria; o conde d'Almargem commanda em chefe o exercito do Norte, o general Guedes é o general das armas do Porto, o barão de Freamunde commanda a linha da Serra e Villa Nova.—O coronel Victorino a linha do Douro na parte correspondente ao Minho. O general Povoas e Cesar estão na Regua. O general Rebocho passou á Beira Baixa com alguns corpos de voluntarios. O 2 e 12 de infantaria estão com o Povoas.

No Porto estão 3, 6 e 9 de infantaria, 1 e 8 de caçadores; 3 e 6 d'artilheria, 1.º d'artistas, batalhão de Gaya, 1.º fixo, batalhão d'alfandega, 1.º de Bouças, batalhão da Maia, batalhão de Midões, batalhão d'Oliveira, artilheria nacional, 3 batalhões da guarda nacional, 3 de segurança publica, cavallaria provisoria. Espera-se o batalhão de Guimarães.

A revolução da Beira é muito séria. O brigadeiro Manuel Cardoso está em Mangualde e visinhanças com 600 homens. Chicorro em Goes com 500, padre Antonio com muita força. Fóra estes, o Secco commanda ao norte de Coimbra, Abilio no Rabaçal, Lemos em Condeixa, Feio da Lagasteira, etc., d'isto temos participações officiaes.

As cartas escriptas por Ayllon e Seymour ao conde das Antas são pouco medidas. A do conde Varenne polida e delicada.

Durante a ausencia do conde das Antas, pediu-se armistício á junta que se recusou. José Passos foi intimado pelo capitão Robb de que os navios da junta seriam *provavelmente* detidos no Douro pelas forças de S. M. B. José Passos respondeu que a junta não tinha compromissos de nenhuma especie com as nações estrangeiras, que ellas não tinham o direito de regularisar os negocios politicos e menos as suas operações de guerra, que fizesse Robb o que lhe ordenavam os seus superiores, que os officiaes de marinha nacional fariam o seu dever. Salter recebeu logo ordem de sair a barra e ba-

ter a esquadra do bloqueio; saiu com effeito e na presença dos vasos de guerra inglezes e hespanhoes bateu a esquadra que deixou muito mal tratada, que foi forçada a levantar o bloqueio, e retirou primeiro para o Sul, e depois para o Norte.

Chegou o conde das Antas e havia alguns membros da junta que se inclinavam á concessão d'um armistício *com certas condições*. Esta ideia foi mal recebida do publico. Estavam as cousas n'este ponto quando Salter recebeu uma intimação verbal para recolher para o Douro. Pediu a intimação por escripto que lhe foi negada. Salter recebeu ordem da junta para se conservar fóra da barra.

O ministro dos estrangeiros pediu uma explicação cathégorica ao consul de S. M. B. que declarou que não era *intimação* mas um conselho amigavel para evitar *possibilidade* de um conflito no caso que fosse mister deter os vasos da junta.

Então a junta foi unanime em recusar o armistício, propondo que o negocio por ser portuguez fosse tratado portuguezmente. A resposta ao conde Varenne foi benevola e polida por ser a sua carta muito delicada.

Tem-se seguido outras explicações no mesmo gosto.—A junta mandou sair a sua esquadra, e espera-se que hoje esteja embarcada a expedição.

O padre José da Lage veio offerecer os seus serviços á junta, citou os bravos de Montes Claros e d'Aljubarrota. Hontem entraram nove navios mercantes. O miguelista João de Lemos foi preso e está na telação.

A' ULTIMA HORA.

Não nos enganámos com a nação ingleza. Essa nação generosa fez justiça á nossa causa.

Acaba de chegar um vapor mercante; e traz noticias de Londres. Não temos tempo nem espaço para mais, e por isso só daremos um resumo d'ellas.

O ministerio apresentou-se ao parlamento a pedir fundos para a intervenção nos negocios de Portugal; o parlamento negou-os!!! Os chefes de todos os grandes partidos fallaram contra a interferencia, e pediram que se apresentassem á camara todos os documentos sobre essa negociação.

Alli serão agora patentes e devidamente stigmatizadas as expressões insolentes do coronel Wilde, as palavras pouco medidas de sir Seymour, e essa ingerencia offensiva de sir W. Parker.—Veremos como se sustentam no balanço esses homens que têm offendido gratuitamente uma nação generosa, um partido que combate pelos bons principios, e que sustentam um despotismo grosseiro. A causa da justiça triumphá mais cedo ou mais tarde.

A imprensa toda acompanha o parlamento n'aquella sua expressão, e diz que a hora britannica se acha compromettida pelo coronel Wilde. Não haverá pois interferencia porque o parlamento inglez não quer, e se nos sustentarmos por alguns dias a victoria será nossa. Povo, coragem e ás armas!

Corre que os hespanhoes se concentraram. Se cá vierem a pá d'Aljubarrota deve trabalhar.